

ÍNDICE

(Indicam-se em *itálico* os nomes dos autores e colaboradores de cada parte da obra)

ADVERTÊNCIAS	5
PREFÁCIOS	
PREFÁCIO DA 6ª EDIÇÃO <i>Armando Ribeiro Mendes</i>	7
PREFÁCIO DA 5ª EDIÇÃO <i>José Miguel Júdice</i>	11
PREFÁCIO DA 4ª EDIÇÃO <i>António Pinto Leite</i>	15
PREFÁCIO DA 3ª EDIÇÃO <i>Dário Moura Vicente</i>	19
PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO <i>Pedro Siza Vieira</i>	23
PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO <i>José Robin de Andrade</i>	25
LEI Nº 63/2011, DE 14 DE DEZEMBRO (Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária) <i>Armando Ribeiro Mendes</i>	27
LEI DA ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA	41
CAPÍTULO I – Da convenção de arbitragem (arts. 1º a 7º) <i>Dário Moura Vicente com a colaboração de António Júdice Moreira</i>	41
CAPÍTULO II – Dos árbitros e do tribunal arbitral (arts. 8º a 17º) <i>José Miguel Júdice com a colaboração de António Júdice Moreira</i>	58

CAPÍTULO III – Da competência do tribunal arbitral (arts. 18º e 19º) <i>Pedro Siza Vieira e Nuno Ferreira Lousa com a colaboração de António Júdice Moreira</i>	93
CAPÍTULO IV – Das providências cautelares e ordens preliminares (arts. 20º a 29º) <i>Armindo Ribeiro Mendes com a colaboração de António Júdice Moreira</i>	101
CAPÍTULO V – Da condução do processo arbitral (arts. 30º a 38º) <i>Armindo Ribeiro Mendes com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	127
CAPÍTULO VI – Da sentença arbitral e encerramento do processo (arts. 39º a 45º) <i>José Robin de Andrade com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	156
CAPÍTULO VII – Da impugnação da sentença arbitral (art. 46º) <i>José Robin de Andrade com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	190
CAPÍTULO VIII – Da execução da sentença arbitral (arts. 47º e 48º) <i>Pedro Metello de Nápoles com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	212
CAPÍTULO IX – Da arbitragem internacional (arts. 49º a 54º) <i>Dário Moura Vicente com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	217
CAPÍTULO X – Do reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras (arts. 55º a 58º) <i>Dário Moura Vicente e Pedro Siza Vieira com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	226
CAPÍTULO XI – Dos tribunais estaduais competentes (arts. 59º e 60º) <i>Pedro Metello Nápoles com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	235
CAPÍTULO XII – Disposições finais (arts. 61º e 62º) <i>Dário Moura Vicente e Pedro Metello de Nápoles com a colaboração de António Júdice Moreira</i>	246

ANEXOS

I – Lei da arbitragem voluntária em matéria de patentes relativas a medicamentos (Lei nº 62/2011, de 12 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 110/2018, de 10 de dezembro) <i>Dário Moura Vicente</i>	251
---	-----

II – Código Deontológico aprovado pela Associação Portuguesa de Arbitragem (2020)	
<i>Joaquim Shearman de Macedo, Sofia Martins e Filipe Vaz Pinto</i>	265
III – Código de Boas Práticas Para Peritos em Arbitragem aprovado pela Associação Portuguesa de Arbitragem (2020)	
<i>Joaquim Shearman de Macedo, Pedro Metello de Nápoles e Sofia Ribeiro Mendes com a colaboração de Joana Galvão Teles, Rita Lynce de Faria e Filipe Rocha Vieira</i>	315
IV – Diretrizes da International Bar Association Sobre Conflitos de Interesses em Arbitragem Internacional	
<i>André Navarro de Noronha, Miguel de Almada, Pedro Metello de Nápoles e Sofia Martins</i>	335
Introdução	338
Parte I: Princípios gerais relativos a imparcialidade, independência e revelação	346
Parte II: Aplicação prática dos princípios gerais	357
1. Lista Vermelha de situações irrenunciáveis	360
2. Lista Vermelha se situações renunciáveis	365
3. Lista Laranja	371
4. Lista Verde	384
V – Jurisprudência portuguesa sobre a Lei da Arbitragem Voluntária de 2011	
<i>Nuno Ferreira Lousa com a colaboração de António Júdice Moreira e Carla Gonçalves Borges</i>	389
1. Convenção de arbitragem	389
2. Tribunais arbitrais	409
3. Honorários dos árbitros	412
4. Funções e deveres dos árbitros	414
5. Sede da arbitragem	419
6. Providências Cautelares	420
7. Regras processuais	422
8. Princípios fundamentais	427
9. Alteração do pedido e da causa de pedir. Reconvenção	433
10. Recursos	435
11. Ações de anulação	444
12. Revisão de sentença estrangeira	457
VI – Tradução inglesa da Lei da Arbitragem Voluntária de 2011	467
Chapter I – On the arbitration agreement	467
Chapter II – On the arbitrators and the arbitral tribunal	470
Chapter III – On the jurisdiction of the arbitral tribunal	475

Chapter IV – On interim measures and preliminary orders	476
Chapter V – On the conduct of the arbitral proceedings	481
Chapter VI – On the arbitral award and the closing of the proceedings	486
Chapter VII – On recourse against award	490
Chapter VIII – On the enforcement of the arbitral award	493
Chapter IX – On international arbitration	494
Chapter X – On the recognition and enforcement of foreign arbitral awards	495
Chapter XI – On the competent state courts	498
Chapter XII – Final provisions	500
VII – Tradução castelhana da Lei da Arbitragem Voluntária de 2011	501
Capítulo I – Convenio arbitral	501
Capítulo II – De los árbitros y del tribunal arbitral	504
Capítulo III – Competencia del Tribunal Arbitral	509
Capítulo IV – Medidas cautelares y órdenes preliminares	510
Capítulo V – De la sustanciación de las actuaciones arbitrales	515
Capítulo VI – Del pronunciamiento del laudo y terminación de las actuaciones	521
Capítulo VII – De la impugnación del laudo	525
Capítulo VIII – De la ejecución del laudo arbitral	527
Capítulo IX – Del arbitraje internacional	528
Capítulo X – Del reconocimiento y ejecución de los laudos arbitrales extranjeros	530
Capítulo XI – De los tribunales estatales competentes	532
Capítulo XII – Disposiciones finales	535
VIII – Exposição de Motivos da Lei da Arbitragem Voluntária de 2011	537
IX – Convenção de Nova Iorque de 1958 sobre o reconhecimento e a execução de sentenças arbitrais estrangeiras	545
X – Bibliografia seleccionada sobre a Lei da Arbitragem Voluntária de 2011	
<i>Dário Moura Vicente</i>	553
1. Comentários à Lei da Arbitragem Voluntária	553
2. Monografias, manuais e coletâneas de estudos	533
3. Artigos	554
XI – Principais abreviaturas utilizadas	561